

## **ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP**

Realizada em Lisboa, no Auditório Almeida Santos da Assembleia da República, nos dias 03, 04 e 05 de Julho de 2023, com a presença de onze (11) membros integrantes deste Conselho Permanente, para tratar de diversos assuntos, nomeadamente a apresentação e assinatura do Relatório Global de Atividades do CP/CCP (mandato 2016/2023) (conforme o Artigo 38ºf da Lei 66-A, de 2007), eleições para a mesa diretiva do CP/CCP, Alteração à Lei 66-A, eleições do CCP, orçamento do CCP para 2024, entre outros.

No primeiro dia, segunda-feira, 03 de Julho, pelas 9:30 horas, deram-se início aos trabalhos da reunião deste Conselho Permanente (CP/CCP). Os Conselheiros Pedro Rupio, e Paulo Marques, incorporar-se-iam mais tarde, e o Conselheiro Manuel Coelho, da Namíbia, justificou a sua ausência devido a problemas de saúde.

Na ausência do Presidente, Conselheiro Flávio Martins, que chegaria mais tarde devido ao horário de seu voo, coube ao Vice-Presidente, Conselheiro Amadeu Batel, dar as boas-vindas a todos e dar início aos trabalhos, sendo a ordem dos mesmos aprovada por todos os presentes.

Foi submetida à aprovação a septuagésima oitava ata da reunião do CP/CCP online. Após as devidas correções, a ata foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se então à discussão e análise do Relatório Global de Atividades do CP/CCP (mandato 2016/2023). O Conselheiro Amadeu Batel informou que até o momento todos os relatórios apresentados foram aprovados. No entanto, esclareceu que neste último foram emitidas algumas críticas sobre as políticas do governo para as comunidades. Enfatizou que ao longo deste mandato de sete anos, o CCP só foi consultado duas vezes: a lei dos netos e os apoios ao Associativismo. Lembrou que a resolução do PS não avançou, manifestando o seu protesto. Ressaltou que nos últimos três ou quatro anos o governo lançou um programa cultural para as comunidades portuguesas (associativismo, ensino, etc.), mas até agora nada foi implementado. Apesar disso, reconheceu que pela primeira vez se elaborou um documento para incluir membros do CCP no Conselho Económico e Social, havendo agora referência às Comunidades neste Conselho. Opinou que a Comissão Temática dos Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política deveria ter elaborado e introduzido um documento alertando para os muitos obstáculos que ainda existem na atualidade, os quais discriminam as nossas comunidades. Afirmou que ainda estamos longe de alcançar uma maturidade política. Após a análise do documento, o Relatório foi aprovado por unanimidade.

Continuou-se com o ponto seguinte que trata da eleição da mesa diretiva. Todos os presentes votaram a favor da recondução da mesma, que ficou composta da seguinte forma: Presidente - Conselheiro Flávio Martins, Vice-Presidente - Conselheiro Amadeu Batel, e Secretária - Conselheira Maria de Lourdes de Almeida Traça.

O Conselheiro Flávio Martins, que já estava presente, agradeceu pela reeleição e expressou a sua opinião de que, na reunião com o SECP, deveriam ser discutidos temas mais específicos. Entre esses temas, ele destacou a necessidade de obter informações sobre o andamento da alteração à Lei 66-A. Nas reuniões com os Grupos Parlamentares, ele antecipava abordar questões mais relevantes para as Comunidades, como o apoio ao associativismo, ensino do Português no estrangeiro (EPE), funcionamento dos Postos Consulares, entre outros.

O Conselheiro Amadeu Batel considerou que o órgão deveria ser mais incisivo nas reuniões e sugeriu que o CCP passasse por uma revisão para aprimorar o seu funcionamento.

O Conselheiro Paulo Martins refletiu sobre a percepção do abandono do governo em relação às comunidades, defendendo que essa preocupação também deveria ser comunicada aos Grupos Parlamentares.

O Conselheiro Flávio Martins enfatizou a importância de discutir com o SECP a marcação das eleições do CCP e abordar o Orçamento para o CCP, visando ter uma visão do futuro mandato do órgão. Também mencionou a relevância de lembrar a proposta do CCP sobre a digitalização da imprensa. De seguida, enumerou os pontos a serem abordados: alteração à Lei 66-A, eleições do CCP, orçamento para 2024 do CCP, perspectivas do CCP, digitalização da imprensa e regulamentação do funcionamento do CCP.

A Conselheira Rita Santos comentou sobre irregularidades de alguns conselheiros ausentes e enfatizou a importância da presença ou da indicação de um suplente caso não fosse possível comparecer. O Conselheiro Flávio Martins sugeriu informar o SECP para incluir no regulamento do CCP a obrigação da presença ou a designação de um suplente.

Os conselheiros concordaram em registrar em ata que: "Qualquer Conselheiro que assuma o compromisso de comparecer às reuniões presenciais deve estar presente nas mesmas."

Após o almoço, ocorreu a reunião com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo. O Conselheiro Flávio Martins informou o SECP que no dia seguinte a 2ª Comissão discutiria a proposta de alteração à Lei 66-A e questionou se o SECP tinha alguma informação sobre o assunto. Indagou ainda o SECP sobre a previsão da data das eleições após a promulgação da Alteração da Lei 66-A pelo Presidente da República. Além disso, mencionou a proposta feita pelo CCP para o orçamento de 2024, na qual foram feitos alguns encaminhamentos para melhorar a organização do órgão.

Após relembrar a proposta da digitalização da imprensa na diáspora, o Conselheiro Flávio Martins informa que serão encaminhadas algumas sugestões sobre o regulamento do CCP em relação às perspectivas futuras. Por último, agradeceu a presença, nesta reunião, do Dr. Paulo Cafôfo e do Dr. Duarte Caldeira.

O SECP agradeceu o convite para participar das reuniões do CP/CCP, e destacou a importância dos Conselheiros, pelo que, nas visitas oficiais que efetua, ele pede aos Cônsules e Embaixadores, nos países de acolhimento, que os convidem. Agradeceu ainda o envio do Relatório Global, mencionando que isso o ajuda a compreender melhor as preocupações do CCP em relação às Comunidades, tendo sublinhado que o relatório oferece uma visão abrangente das preocupações em diferentes áreas.

Sobre a digitalização da imprensa na diáspora, o SECP mencionou que está em conversações com uma autarquia para a criação do Museu das Diásporas, o que seria valioso para a história e cultura do país.

Referindo-se à alteração à Lei 66-A, ele compartilhou a expectativa do CCP e opinou que, independentemente do que for aprovado, tudo é um processo evolutivo, pelo que considera que ainda podem ocorrer alterações. Afirmou ainda que se a votação global for feita no decorrer desta semana, e não havendo objeções, haverá condições para convocar eleições para o segundo semestre, desejando discutir a melhor data em uma reunião por videoconferência com o CP/CCP, mas antes disso, deverá ter uma reunião com o Ministério da Administração Interna, pois o processo está relacionado com esse Gabinete.

Sobre o Orçamento de Estado para o CCP, o SECP mencionou que esse assunto é tratado através da DGACCP, tendo anunciado um aumento de verba, mas esclareceu que o Diretor Geral da DGACCP explicará os detalhes desse aumento e como será gerido. Observou que não sabe se o orçamento será aprovado, mas deseja criar dois novos eventos, como um fórum dos cônsules honorários, um encontro das associações e um encontro de gerações.

Compartilhou também a sua preocupação com o funcionamento da rede consular, considerando, no entanto, que estão no caminho certo, não apenas com contratações e substituições de pessoal, que são benéficas, mas também ao oferecer uma variedade de acessos, como o consulado virtual, etc. O SECP expressou que o fato dos Conselheiros fazerem parte do Conselho Consultivo por inerência é uma vantagem.

Em relação ao EPE, ele comunicou que o bom funcionamento das coordenações tem permitido expandir o ensino para além dos Portugueses, estando também a ser inserido em sistemas escolares de alguns países de acolhimento. A digitalização do ensino, para a qual já há um projeto piloto, permitirá alcançar mais regiões.

O Conselheiro Flávio Martins agradeceu pelas iniciativas e passou a palavra aos Conselheiros presentes para apresentarem as suas questões. O Conselheiro Amadeu Batel diz que há alguns pontos a esclarecer, expressando a necessidade de romper com a discriminação estrutural do CCP e enfatiza que o CCP deve ter influência e voz, ressaltando a importância de tornar as consultas obrigatórias e estruturantes. Observou ainda que atualmente não há políticas efetivas para as Comunidades Portuguesas e, portanto, é crucial chegar a um acordo sobre o propósito e a função do CCP. O Conselheiro Amadeu Batel mencionou ainda que, apesar do governo possuir

planos de ação para a cultura, o desporto e o associativismo, pouco ou nada tem sido realizado.

A Conselheira Rita Santos sugeriu que as Associações que promovem a cultura e o ensino envolvam os Conselheiros em suas atividades. O Conselheiro Ângelo Horta felicitou o SECP pelas diversas iniciativas e questionou o processo para registrar uma associação. O Conselheiro Paulo Martins também felicitou o SECP e sugeriu que o programa "Regressar a Portugal" deveria começar no país de acolhimento.

Após o encerramento desta reunião, inicia-se a reunião com o Grupo Parlamentar do PCP, que contou com a presença do Deputado Bruno Dias e do Dirigente Rui Braga. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a disponibilidade e esclareceu que o objetivo da reunião era apresentar várias questões relacionadas com as Comunidades, tais como a necessidade de políticas públicas, e mencionou que Portugal muitas vezes enfrenta dificuldades em atender às necessidades das mesmas, tendo referido como exemplo as divergências entre a visão do CCP e a do governo, como no caso do EPE (Ensino do Português no Estrangeiro) e no apoio ao associativismo, que ele considerou essencial para ligar as Comunidades a Portugal a níveis sociais, culturais e políticos.

O Conselheiro Amadeu Batel referiu que o relacionamento entre as Comunidades e o governo tem sido caracterizado por uma abordagem paternalista, tendo observado que a influência do CCP tem sido mínima ao longo de sete anos, com apenas duas consultas, tendo apelado a que o CCP seja consultado, mesmo que não de maneira vinculativa. Comentou ainda que sobre as modalidades de voto, prevalece o voto presencial, o que é prejudicial para as comunidades.

O Conselheiro Flávio Martins mencionou que foram enviados aos diferentes Grupos Parlamentares vários documentos, tais como o Relatório Global, o Orçamento do CCP para 2024 e a Digitalização da Imprensa na Diáspora.

O Deputado Bruno Dias agradeceu o convite, que lhe permite recolher e apreciar as diversas contribuições e perspetivas sobre situações problemáticas nas comunidades, tendo compartilhado de seguida as suas opiniões sobre os pontos discutidos pelos Conselheiros, valorizando a ferramenta do Relatório Global, que considera rico em detalhes sobre as atividades desenvolvidas. Mencionou receber positivamente o aumento de verbas no orçamento do CCP e a iniciativa de digitalizar a imprensa, com a perspetiva de um futuro Museu das Comunidades.

Referente ao problema dos Serviços Consulares, considera de vital importância garantir tanto as condições económicas quanto o pessoal qualificado, pois a digitalização por si só não é suficiente. É também da opinião que ao mencionar as novas realidades das Comunidades, é crucial entender claramente o que está sendo discutido, tendo destacado que algumas situações continuam inalteradas simplesmente porque não foram resolvidas.

Informou que a 2ª Comissão está prestes a ratificar a alteração à Lei 66-A, mas aponta que existem aspetos que levam a crer que essa Lei poderá ser contraditória.

O Dirigente Rui Braga expressou a opinião que as leis não devem diferenciar entre as Comunidades e, por isso, o partido tem apresentado propostas para que o Estado Português proceda a mais alterações. No que diz respeito aos problemas consulares, mencionou que o governo introduziu quiosques virtuais em 2007, mas estes não foram eficazes, tendo destacado que a interação humana é sempre necessária e, por isso, a estrutura da rede consular não está adequada às necessidades das Comunidades, tendo defendido que qualquer ajustamento deve ser voltado para o crescimento, não para a redução. Ressaltou ainda que os salários de professores e funcionários consulares devem ser compatíveis com os dos países de acolhimento. Quanto ao associativismo, opinou que o apoio deve ser ampliado, uma vez que muitas associações fecharam durante a pandemia e nunca mais reabriram.

Em relação às propostas de alteração à Lei 66-A, lamenta que a maioria não tenha recebido o apoio necessário devido à má interpretação de muitos responsáveis.

Posteriormente, deu-se início à reunião com o Grupo Parlamentar do PS, com a presença do Deputado Paulo Pisco e da Deputada Maria da Luz Rosinha. Assim como na reunião anterior, o Conselheiro Flávio Martins informou sobre a entrega dos documentos pertinentes, já referidos anteriormente, tais como o Relatório, o Orçamento e a Digitalização, além de alertar para os problemas relacionados com o EPE e a Rede Consular.

O Conselheiro Amadeu Batel enfatizou novamente a questão da discriminação estrutural, justificando assim o pedido de alteração da tutela, a fim de possibilitar uma abordagem diferente.

A Conselheira Rita Santos alertou para o mau funcionamento da Rede Consular, e o Conselheiro Paulo Martins destacou o desinvestimento e afastamento das Comunidades. Considerou que é hora de adotar uma nova perspetiva e mencionou novamente que a política do programa "Regressar a Portugal" deve ser implementada no terreno.

O Deputado Paulo Pisco agradeceu por mais uma reunião com os Conselheiros e esclareceu que há questões que não são novas, mas discordou da ideia de afastamento ou desinvestimento nas Comunidades, afirmando que tanto o PS quanto o governo têm-se esforçado para se aproximar delas. Mencionou a possibilidade de um plano estratégico para as Comunidades trazer uma nova dimensão, reconhecendo, no entanto, os problemas na Rede Consular, incluindo questões salariais e falta de pessoal devido à falta de atração nas ofertas salariais, daí que esteja em curso a revisão das tabelas salariais. Destacou ainda a importância do recenseamento eleitoral e do voto em mobilidade como uma pequena revolução que permitirá que qualquer português vote em qualquer lugar, devido à desmaterialização dos cadernos eleitorais. Por fim, e relativamente ao desinvestimento, esclareceu que o CCP nunca

deixou de realizar as suas reuniões, tanto CP/CCP como Comissões Temáticas e Conselhos Regionais.

A Deputada Maria da Luz Rosinha observou que o voto em mobilidade traz melhorias, mas também pode trazer riscos, e concorda que um serviço consular aprimorado é necessário para as Comunidades, solicitando ao CCP que apresente ideias para alcançar estas melhorias e considerou que algumas aproximações podem diminuir os problemas. Deu-se assim por terminada esta reunião tendo sido dado início à reunião com a Dra. Maria João Ruela, da Presidência da República, a quem o Conselheiro Flávio Martins agradeceu a presença, informando que no dia seguinte haveria uma reunião com a 2ª Comissão. No entanto, expressou preocupação, já que a reunião para retificar as propostas de alteração à Lei 66-A ocorreria antes da reunião com os Conselheiros do Conselho Permanente. Mencionou ainda que muitas das propostas discordantes do CCP já foram aprovadas, tendo destacado a preocupação do CCP em relação à eliminação das propostas da limitação de mandatos, eliminação do relatório de políticas públicas nas comunidades, gabinete de apoio, projeto piloto de voto eletrónico à distância, mudança de tutela, entre outros, que foram negados. Esclareceu que o CCP não tem a atribuição de produzir o relatório do Conselheiro, uma vez que o CCP é meramente consultivo. Sobre a limitação de mandatos, fez a comparação com o regime dos deputados, que não têm essa limitação, e questionou se um órgão consultivo deve tê-la.

A Conselheira Rita Santos expressou preocupação com a distribuição dos círculos eleitorais, visto que, ao ser feita por portaria, corre-se o risco de alguns conselheiros não serem considerados nos círculos adequados.

O Conselheiro Amadeu Batel manifestou seu desagrado em relação à forma como o Grupo Parlamentar do PS tratou o CP/CCP, tendo mencionado que, após sete anos, o órgão está em uma encruzilhada, sem avanços significativos. Destacou que o CCP não foi de fato consultado, apenas informado, ao longo desse período, tendo observado que só foram consultados sobre a lei dos netos e o formulário para projetos de associações. Lamentou a falta de um documento orientador para o EPE e criticou a abordagem do SECP em relação a um plano estratégico para as Comunidades, onde o CCP será consultado após o estudo pelo Observatório da Emigração, considerando essas situações incompreensíveis.

O Conselheiro Ângelo Horto manifestou a sua frustração, e o Conselheiro Flávio Martins notificou que será enviado um ofício ao Presidente da República para que ele exerça o seu direito de veto sobre algumas considerações.

A Dra. Maria João Ruela agradeceu o convite e reconhece as lutas do CCP. Transmite que vai documentar o encontro por escrito, detalhando as preocupações e propostas do CCP, tendo elogiado a importância da proposta de Digitalização da Imprensa na Diáspora e agradece ao CCP pelo seu contributo, pois essa iniciativa

permitirá uma melhor compreensão das Comunidades. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu novamente a sua presença e dá por encerrado o primeiro dia de trabalho.

O segundo dia de trabalho, em 04 de Agosto de 2023, começou com uma reunião interna, uma vez que a Deputada do Grupo Parlamentar do PAN cancelou a sua presença à última hora. Na reunião interna, decidiu-se que o Presidente do CP/CCP, Cons. Flávio Martins, iria fazer uma síntese dos pontos a serem tratados na reunião com a 2ª Comissão, onde cada conselheiro presente teria dois minutos para expressar seu ponto de vista.

Na reunião com a 2ª Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, a Presidente da Comissão dá as boas-vindas e define a ordem do dia. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a disponibilidade do espaço para a realização das reuniões e indica a necessidade de informações sobre as propostas de Alteração à Lei 66-A. Participa que foram encaminhados documentos aos Grupos Parlamentares, como o relatório global, a proposta de orçamento para o CCP e a digitalização da imprensa. Por fim, destaca a importância de obter informações sobre as propostas de alteração à lei que serão votadas no Plenário.

O Conselheiro Amadeu Batel considerou que o CCP tem sido marginalizado e que esta lei busca conferir autonomia ao órgão para garantir sua dignidade e melhor funcionamento, tendo enfatizado que um órgão sem consultas não é eficaz e que o relatório global reflete uma visão estratégica para as Comunidades, não uma visão paternalista.

O Deputado Paulo Pisco, do PS, lamenta a demora deste processo devido a fatores externos, explicando que, apesar da urgência das eleições do CCP, os partidos decidiram que seria útil um período de consultas. Mencionou que vários projetos foram apresentados por diferentes partidos e que alguns projetos, como os do CHEGA, e do PCP, foram excluídos por não serem realistas, havendo, no entanto, alguma convergência com outros partidos para alcançar mais consenso. Alguns pontos foram admitidos, tal como a consulta obrigatória não vinculativa. Referiu-se ainda à questão da limitação de mandatos e das listas de paridade, pois acredita que há uma disparidade total atualmente.

O Deputado Maló de Abreu, do PSD, expressou frustração pelo fato de o PS, por ser maioria, aprovar o que deseja, sendo difícil convencê-lo a mudar de ideias.

Como Presidente da Comissão de Trabalho, manifestou que as reuniões ocorreram conforme o previsto e que o CCP foi ouvido porque é importante, mas lamentou profundamente que as propostas deste órgão tenham sido ignoradas. Em relação às eleições, esclareceu que o PS está no governo há oito anos e só agiu após pressão de outros, pelo que não deveria mencionar a questão da urgência, tendo concluído que as alterações aprovadas foram muito poucas e que a equidade dos círculos é preocupante, pois a Europa tem 2/3 dos eleitores e fora da Europa 1/3, resultando em uma diferença significativa entre a visão do PS e a visão do PSD.

O Deputado Rodrigo Saraiva, da IL, cumprimentou os Conselheiros e relembra que foi o PSD que iniciou o processo, não o Governo. Agradeceu o diálogo com o CCP, pois isso lhe proporcionou uma visão mais clara para fazer uma proposta mais assertiva quando chegar o momento. Da mesma forma que o PSD, ele expressou a sua frustração com o resultado das propostas do CCP.

Em seguida, os Conselheiros fizeram então as suas intervenções. O Conselheiro Ângelo Horta discordou e lamentou que as propostas do CCP não tenham sido aceites e tenham sido ignoradas, como mencionado pelo PSD. O Conselheiro António Cunha disse sentir vergonha pelas decisões tomadas e lembrou a todos os presentes que o trabalho dos Conselheiros é voluntário, não remunerado. A Conselheira Maria de Lourdes de Almeida disse sentir-se enganada, frustrada e desapontada, pois esclareceu que o discurso do PS, enquanto não estava no poder era um, mas agora é completamente diferente e prejudicial para as Comunidades. A Conselheira Lúcia Fernandes considerou que a paridade de género 50/50 não é positiva, já que muitas vezes não há candidaturas suficientes e corre-se o risco de não serem adequadamente representados. O Conselheiro Nelson Ponte da Graça considerou difícil entender que, embora as Comunidades Portuguesas tenham dado mais oportunidades ao PS nas últimas eleições, para ter mais deputados, seja agora este mesmo partido que as tenha abandonando. O Conselheiro Paulo Martins acredita que o CCP fez um trabalho árduo e é triste chegar a este ponto e encontrar resistência da maioria do PS, cujas propostas são, na sua maioria, prejudiciais para as Comunidades. O Conselheiro Pedro Rupio solidarizou-se com os comentários dos colegas Conselheiros tendo destacado a continuação da deterioração do EPE e da rede consular, ressaltando o recenseamento como um ponto positivo, mas considera que as propostas em discussão são um retrocesso para as Comunidades. A Conselheira Rita Santos ecoou as preocupações dos colegas e mencionou a eliminação da limitação de mandatos, que não foi aceite, o que ela considera totalmente inexplicável.

O Conselheiro Flávio Martins indicou que o CCP esperou um ano e meio apenas para ver a maioria das suas propostas não serem implementadas, tendo enfatizado que as melhorias nessa lei não seriam para o atual Conselho, mas sim para os futuros Conselheiros, o que torna ainda mais lamentável a posição tomada pelo PS. Agradeceu a disponibilidade e a presença de todos os presentes e encerrou a reunião.

A reunião seguinte ocorreu com o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu ao Deputado Rodrigo Saraiva pela presença e expressou a frustração do CP/CCP pelo retrocesso ao invés de progresso. Referiu que não têm informações claras sobre o que foi aprovado ou rejeitado, tendo-se avançado para uma votação sem que se entendesse exatamente o que iria ser votado. Mencionou também os documentos enviados e questionou a aprovação do relatório do Conselheiro sobre as políticas das Comunidades, lembrando que o CCP não é parte da função pública.

O Deputado Rodrigo Saraiva comunicou que a Iniciativa Liberal é um partido com limitações humanas e de agenda, mas que votaram contra várias das propostas do PS, tendo mencionado que, embora possam solicitar um adiamento, o PS sendo maioria, a Alteração à Lei 66-A provavelmente será aprovada. Informou que o partido apresentará uma proposta sobre a reforma eleitoral e que estão positivamente inclinados a considerar a proposta de Digitalização da Imprensa. Sobre o orçamento, comentou que há uma confusão entre a lei do orçamento e a proposta orçamental, e também solicitou esclarecimentos sobre a visão do CCP em relação ao aumento de Deputados da Diáspora.

O Conselheiro Amadeu Batel enfatizou a necessidade de valorizar o CCP, torná-lo funcional e estabelecer uma relação com o governo, destacando que há um retrocesso nesse aspeto atualmente. O Conselheiro Paulo Martins solicitou ao Deputado que emitisse a sua opinião relativamente ao CCP, questionando se o órgão realmente existe ou é apenas um papel, dado que várias propostas importantes como voto eletrónico, gabinete de apoio e mudança de tutela foram rejeitadas. O Conselheiro Pedro Rupio comentou que o aumento de Deputados da Diáspora não teve consenso, sugerindo que no círculo da Europa o número reflete os eleitores, enquanto no círculo fora da Europa, reflete a vasta extensão territorial, e portanto pediu um aumento sem especificar números. O Conselheiro Nelson Ponte da Graça destacou que a equidade no número de Deputados é a ideal.

O Deputado Rodrigo Saraiva indicou que a relação entre o Poder Legislativo e o CCP é muito valiosa, pois os Conselheiros desempenharam um papel essencial em diminuir a lacuna entre as Comunidades e o governo. Em relação ao EPE, ele expressou a intenção de ajudar e ser útil para a Comunidade, não apenas para o Govern. Finalizou assim a reunião com o GP IL.

A reunião com o Grupo Parlamentar CHEGA foi realizada após o almoço, com a presença dos Deputados Diogo Pacheco de Amorim e Ricardo Regalla. O Conselheiro Flávio Martins informou que, embora tivesse sido acordado abordar temas mais gerais das Comunidades, nas reuniões com os Grupos Parlamentares, e tratar a alteração da Lei apenas com a 2ª Comissão, devido ao impacto das informações, este tema seria também debatido, não sem antes informar sobre a entrega dos documentos: relatório, orçamento e digitalização da imprensa. Comunicou os resultados da reunião com a Comissão, onde foi informado que a votação ocorrerá na sexta-feira, 6 de agosto de 2023, mas o CCP não tem conhecimento exato das modificações efetuadas, tendo apenas a informação de que muito pouco do que o Conselho propôs foi aprovado.

O Deputado Diogo Pacheco de Amorim informou que a proposta do CHEGA era a que mais se aproximava das preocupações do CCP. Houve a tentativa de unir todos os projetos, mas o PS tem a maioria. Não estiveram presentes na reunião da Comissão porque não concordaram com a abordagem que estava a ser utilizada. Compreendeu a insatisfação do CCP, uma vez que o que está prestes a ser aprovado

está muito aquém das ambições do Conselho, tendo assegurado que podem contar com o CHEGA para continuar lutando pela dignificação das Comunidades.

O Conselheiro Amadeu Batel expressou que desde o início sabia que o CHEGA tinha propostas que iam ao encontro das reivindicações do CCP e considerou que se perdeu a oportunidade de serem tratados como um tema nacional. A decepção vem do fato de que se acreditava que as propostas seriam em grande parte aceites, uma vez que o PS anunciou concordar com cerca de 90% delas, mas infelizmente isso não aconteceu.

A Conselheira Rita Santos agradeceu a empatia demonstrada pelo CHEGA em relação às Comunidades e reiterou a sua preocupação em relação à limitação de mandatos e à distribuição do número de Conselheiros. O Conselheiro Paulo Martins manifestou o seu descontentamento, pois o objetivo das propostas era melhorar e sempre a considerar as Comunidades, não retroceder. Destacou a importância de a sociedade civil em Portugal entender a realidade das Comunidades.

O Conselheiro Paulo Marques enfatizou que o CCP é parte da solução e que somente trabalhando juntos é que podem formar e enriquecer a Portugalidade.

Destacou que aprender e valorizar a Língua de Camões não ocorre apenas com tablets, mas sim com uma maior conexão com Portugal. O Deputado Diogo Pacheco de Amorim expressou que as Comunidades são fundamentais para a política externa e, portanto, devem ser atendidas e valorizadas pelo governo. Em relação à paridade, ele acredita que isso é secundário, sendo muito mais importante ter uma comissão que funcione adequadamente. É primordial que o governo cimente no essencial e não no acidental. Considerou que é importante dar meios ao CCP para este funcionar e que se não o podem fazer então abdicuem deste órgão. O discurso do governo é um e o plano de ação é outro.

O Conselheiro Nelson Ponte Da Graça lamentou o abandono das Comunidades por parte do governo, que não valoriza seu potencial. Observou que o governo fornece apoio orçamentário para outros projetos, enquanto o CCP frequentemente fica aquém do que é necessário. O Deputado Diogo Pacheco de Amorim aponta que a maioria dos partidos tem um orçamento superior aos 480.000 Euros solicitados pelo CCP, pelo que considera inaceitável a situação em relação à política seguida para as Comunidades.

O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a disponibilidade por ouvirem as preocupações do CCP e concluiu que, depois de um ano e meio de espera pela alteração, a votação está ocorrendo com pouquíssimas mudanças. Encerrou assim a reunião e continuou-se então com uma reunião interna para refletir sobre as reuniões do dia e planear os pontos a serem discutidos na próxima reunião com o Presidente da Assembleia, Dr. Augusto Santos Silva. Nessa audiência, o Conselheiro Flávio Martins atuará como porta-voz, e informará o envio dos três documentos e expressará a decepção do CCP em relação à alteração, registrando a posição e o

descontentamento do Conselho. Foi assim dado por concluído o segundo dia de trabalho.

A manhã do terceiro dia de trabalho, 05 de Agosto de 2023, foi preenchida com três reuniões, começando com o Grupo Parlamentar do LIVRE, onde estiveram presentes os Deputados Tomás Cardoso e Marta Ramos. O Conselheiro Flávio Martins iniciou a reunião informando que estavam em deliberação com todos os Grupos Parlamentares para notificar sobre o envio dos três documentos: relatório, orçamento e digitalização da imprensa.

Comunicou o resultado da reunião com a 2ª Comissão, que surpreendeu a todos, já que anos atrás havia concordância com as propostas do CCP, exceto pela mudança de tutela, mas que agora tudo tinha sido alterado, havendo temas nessas propostas sobre os quais o CCP não foi informado, ou consultado, como a limitação de mandatos e a produção de relatórios das políticas consulares.

O Conselheiro Amadeu Batel considera que foi uma oportunidade perdida, porquanto o governo informou as suas ações, mas não procedeu à consulta adequada, não tendo sido aprovadas a busca pela autonomia do CCP, o orçamento para o gabinete de apoio, e as consultas obrigatórias em questões estruturais, pelo que questionou qual é o propósito do CCP se a situação se mantiver inalterada, considerando haver uma falta de rutura com as políticas do passado. O Deputado Tomás Cardoso partilhou também o desagrado com o fato de a maioria do PS permitir a aprovação de propostas que não atendem às preocupações do CCP. Considerou que faz todo o sentido o aumento do orçamento e no que refere ao voto eletrónico à distância tem as suas reservas, mas é da opinião que se deveria avançar com o projeto piloto para aferir a sua exequibilidade. Também considerou não ser apropriado haver um órgão consultivo que não é consultado. A Deputada Marta Ramos manifestou o desejo de trabalharem em conjunto para melhorar as condições do CCP.

Após a reunião com o Grupo Parlamentar do LIVRE, o Conselheiro Flávio Martins agradeceu a disponibilidade e deixou cumprimentos para o Deputado Rui Tavares, tendo iniciado a reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, com a presença da Deputada Isabel Pires. Tendo agradecido a disponibilidade do Grupo Parlamentar, o Conselheiro Flávio Martins informou sobre o envio dos três documentos e mencionou que há informações indicando que o orçamento do CCP não será aprovado na íntegra, solicitando a colaboração do BE durante a discussão do Orçamento do Estado.

O Conselheiro Amadeu Batel questionou a visibilidade do CCP e se este órgão é realmente consultivo ou apenas informativo. A Deputada Isabel Pires referiu que não apresentaram propostas porque as do seu partido coincidiam com as de outros partidos, pelo que não valia a pena repeti-las, tendo mencionado que houve uma barreira significativa criada pelo PS para que fosse alcançado um consenso.

Destacou a importância de propostas relevantes como o gabinete de apoio e a aprovação do orçamento para o CCP, mas lamenta que a maioria absoluta do PS tenha dificultado o processo. No que concerne ao EPE, e à deterioração da rede consular, indicou que as respostas do Ministério dos Negócios Estrangeiros nas reuniões têm sido insatisfatórias, com poucas informações sobre as soluções.

A Deputada Isabel Pires referiu não ter conhecimento do estudo do plano estratégico de políticas para as Comunidades, mas considera que faria sentido contactar o CCP primeiro e depois realizar uma consulta pública. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a presença e encerrou a reunião, prosseguindo para a próxima com o Grupo Parlamentar do PSD, com os Deputados Maló de Abreu, Olga Silvestre e Tiago Sá, reiterando de maneira incisiva a importância da informação do texto a ser aprovado e informando também sobre os documentos enviados.

O Conselheiro Paulo Marques mencionou a perda de proximidade que havia sido estabelecida com o Conselho Económico e Social, o Conselho da Diáspora e o Conselho de Opinião, acreditando que a participação das Comunidades está diminuindo. O Conselheiro Paulo Martins expressou que a oportunidade de dinamizar o CCP foi perdida, resultando em um retrocesso, já que foram escolhidas propostas como a limitação de mandatos e a paridade 50/50, em detrimento de propostas que seriam mais benéficas para as Comunidades e o governo. O Conselheiro Flávio Martins pediu aos partidos que intervissem quando a lei fosse à votação no Plenário.

O Deputado Maló de Abreu mencionou que o PS mudou drasticamente ao aprovar apenas 10% das propostas, prejudicando o CCP, acusando o SECP de ser o responsável por essa decisão, alegando que o SECP não quer ser incomodado pelo CCP e isto somente é possível não o dotando de meios para que seja autónomo e dignificado. Ressaltou que o projeto vai a votos sem discussão, e sem melhorias, lembrando o compromisso feito em Fortaleza de manter a representatividade existente. Expressou a sua frustração com a falta de reconhecimento da importância das Comunidades, por parte de Portugal, que são fundamentais para o seu futuro, e agradeceu o convite para a reunião, pedindo aos Conselheiros que não desistissem da luta.

O Coordenador do PSD, Tiago Sá, elogiou o Deputado Maló de Abreu pelo trabalho realizado com as Comunidades e mencionou que o mais grave é criar dependência e não independência, algo que o governo faz em várias áreas. A Deputada Olga Silvestre reconheceu o valor das Comunidades e destacou a importância de reconhecer esse valor, pois ele contribui para o crescimento do país, salientando que o Deputado Maló De Abreu se empenhou muito no projeto desta proposta e é da opinião que a resiliência do CCP eventualmente trará resultados no futuro.

O Cons. Flávio Martins agradeceu o trabalho que fizeram pela alteração à Lei e lamentou não ter sido bem-sucedido devido à maioria absoluta do Partido de

Governo. Finalizaram assim os trabalhos da manhã, tendo a agenda continuado novamente às 15:00 horas, com uma reunião no Palácio das Necessidades com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, e o Diretor Geral da DGACCP, Embaixador Luís Ferraz. O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a hospitalidade do MNE para mais uma reunião, e a disponibilidade do SECP e do DG da DGACCP, tendo abordado algumas anomalias como a plataforma do Consulado Virtual, os apoios ao associativismo e as políticas para as Comunidades. Referiu-se também à questão da Digitalização da Imprensa e a necessidade de o CCP ser informado sobre o plano estratégico para as futuras políticas para as Comunidades.

A Conselheira Rita Santos aproveitou a oportunidade para referir a dificuldade no acesso à plataforma do Consulado Virtual, através de Macau, devido à sua dificuldade e que as críticas são fortes, não somente a nível da comunidade. O Cons. Paulo Marques referiu que ao longo de todos estes anos ainda não se alcançou o objetivo definido para o CCP. O Cons. Paulo Martins lamentou o desfecho medíocre do projeto da alteração à Lei e comentou também que há muita dificuldade para aceder ao site do Consulado Virtual, devido à falta de clareza da linguagem. O SECP expressou o seu agrado em reunir com o CP/CCP, ressaltando a importância do diálogo na democracia. Esclareceu que não tinha conhecimento do conteúdo do documento de alteração à Lei para saber o que será aprovado ou não. Referiu que não se opunha ao voto eletrónico, considerando a importância da utilização das tecnologias. Afirmou que compreendia a decepção do CCP, mas reconheceu que há avanços, como a consulta obrigatória, e mencionou que o Consulado Virtual está em uma fase inicial de teste, sujeito a melhorias, mas que considerava uma mais valia para a rede consular.

O Embaixador Luís Ferraz explicou que o projeto do Consulado Virtual foi antecipado para 2023, da data inicialmente projetada para 2026, devido a problemas de assistência consular, resultando em falhas que estão sendo tratadas para melhorias futuras. Ele enfatizou que o Consulado Virtual simplifica a inscrição consular, sendo importante dar a conhecer esta ferramenta. Anunciou também a importância de restabelecer chanceleres nos Consulados para assegurar a gestão adequada.

O Conselheiro Flávio Martins agradeceu a todos pela assessoria, trabalho e informações da DGACCP, enfatizando que é essencial ouvir para avançar nas soluções. Transmitiu que se não se avançou mais, este é o motor para outros continuarem. Clarifica que há um legado, consequência de todo o trabalho efetuado ao longo de estes anos, e que, apesar das divergências, o CCP sempre se manteve unido e diversificado, expressando satisfação pelo dever cumprido.

O SECP agradeceu ao Conselheiro Flávio Martins a direção dos trabalhos, tendo elogiado a sua liderança com uma mais valia, salientando que o diálogo é essencial para o desenvolvimento bem-sucedido do relacionamento entre o governo e o CCP. Expressou que o CCP é legitimamente a voz das Comunidades da Diáspora e informou que na sequência da aprovação da alteração à Lei 66-A, serão marcadas as

próximas eleições deste órgão, havendo, no entanto, um período de reflexão, pelo que o CCP será consultado sobre a próxima data para a sua realização. Nada mais havendo a deliberar, e não querendo mais ninguém fazer qualquer intervenção adicional, a reunião foi encerrada às 18:00 horas de Lisboa, tendo-se seguido para o jantar oferecido pelo Conselheiro António Cunha na Fábrica de Braço de Prata. Por fim, mandou-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, de acordo com o regulamento do CCP.

*António Cunha*

*M. Almeida*